

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Data: 10 de agosto de 2022.**

1 Aos dez dias do mês de agosto de 2022, no Auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à  
2 Avenida Juscelino Kubitscheck, 2.896 Centro – Londrina-Pr, foi realizada, de forma presencial, reunião  
3 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, com primeira convocação para às 8h15min e segunda  
4 às 8h30min, podendo iniciar-se com qualquer número de membros. Participaram da reunião os seguintes  
5 conselheiros: Jacqueline Marçal Micali, Solange Aparecida de Oliveira, Gisele de Cássia Tavares, Rosemeiri  
6 Félix de Barros, Juliana Gonçalves Catarino, Adriana Aparecida dos Santos, Luís Alberto Maccagnan,  
7 Débora Campos Pereira, Ivana Paula Furlan Rodolpho, Rosely Sonoda Gomes, Carlos Antônio Delfino,  
8 Alexander Korgut, Juliana de Meira, Marcia Gonçalves Valim Paiva, Carlos Alberto de Souza e Silva,  
9 Glaziane Leonor Martins da Silva, Thaís Ayres da Silva, Maria de Fátima dos Santos Reale Prado, Evelyn  
10 Secco Faquin, Ednéia Pereira Araújo, Suelvya Andileza Palasson de Oliveira e Cleide Oberle. Também  
11 estiveram presentes os seguintes participantes: Valdineia L.B. de Souza, Elemar Schmidt, Daniel Soares da  
12 Silva, Janaína Arruda Messias, Elza Coutinho Grigonis, Mariana Barcellos Pinheiro, Silvia Helena Theodoro  
13 Silva, Thaysa Desiré de Oliveira Anthero Andrade e Ana Paula Jacinto. A presidente Ana Carolina Ferreira  
14 deu início aos trabalhos às 8h40min, com a apresentação da seguinte pauta para aprovação plenária: 1-08h30:  
15 Apresentação e aprovação da pauta; 2-08h35: Aprovação de Atas; 3-08h40: Avaliação sobre a reunião  
16 ordinária híbrida, realizada no dia 27-07-2022; 4-09h00: Apresentação sobre os benefícios socioassistenciais;  
17 5-10h00: Apresentação e deliberação da Prestação de Contas dos recursos executados na unidade  
18 orçamentária –FMAS (primeiro quadrimestre-2022); 6-11h00: Relatos da Diretoria de Proteção Social  
19 Especial; 7-11h20: Relato das Comissões. Foram sugeridas duas inserções na pauta pelas representantes de  
20 usuários no Conselho, sendo a primeira em relação ao transporte das conselheiras usuárias que vem da Zona  
21 Rural, tendo em vista a retomada da realização das reuniões presenciais, e a segunda quanto ao horário de  
22 realização das reuniões. A presidente submeteu à plenária a proposta de tais inclusões serem tratadas  
23 juntamente com o ponto 3, no qual se debaterá a avaliação da reunião passada, que ocorreu de forma híbrida,  
24 o que foi acatado pela plenária. Isso posto, deu-se por aprovada a ordem do dia, passando-se ao segundo  
25 ponto, de aprovação da ata da reunião do dia 10 de novembro de 2021, a qual foi aprovada sem alterações.  
26 Na sequência, a presidente Ana Carolina deu início à discussão do ponto 3 - Avaliação sobre a reunião  
27 ordinária híbrida, realizada no dia 27-07-2022. Referiu que houve a tentativa de realização de forma híbrida,  
28 mas que houve várias manifestações quanto a dificuldades, especialmente da parte de quem estava com  
29 acesso remoto, tendo em vista a indisponibilidade da estrutura necessária para a transmissão. Assim, segundo  
30 relato de que estava conectado pela plataforma google.meet, houve prejuízo na compreensão de muitas das  
31 falas. Outro aspecto verificado foi de que a forma híbrida fez com que houvesse um número reduzido de

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

32 participação presencial. Assim, definiu-se pela retomada das reuniões presenciais, somente. Quanto à questão  
33 do horário, houve manifestações quanto às dificuldades de participação de algumas pessoas pela manhã no  
34 modelo presencial. A forma híbrida permitia a participação numa condição que algumas não têm para o  
35 presencial. Exemplo disso são as distâncias da residência das moradoras da zona rural, que levam à  
36 necessidade de saírem muito cedo de casa para estarem no Centro no horário da reunião. Outra situação foi  
37 relatada por representantes de entidades, que têm dificuldades em se ausentar das unidades por dois dias  
38 consecutivos no período da manhã para a participação nos dois conselhos (de assistência social e dos direitos  
39 da criança e do adolescente). Gisele lembrou que a alteração do horário das reuniões se deu impulsionada  
40 pela dificuldade apresentada pela então presidente do conselho quanto ao horário anterior, numa tentativa de  
41 conciliação. Considerando o desligamento da referida conselheira da presidência, propõe-se reavaliar o  
42 horário que melhor possibilite a participação. Colocado em votação, definiu-se pelo retorno das reuniões à  
43 tarde (com primeira convocação às 13h15min e segunda às 13h30min) já a partir da próxima reunião  
44 ordinária. Três conselheiras votaram pela manutenção do horário da manhã, sendo questionada se sua  
45 participação estaria inviabilizada com a mudança. Houve a manifestação de uma dizendo que sim, mas que  
46 é suplente e que acionaria o titular para garantir a participação, o que ainda possibilitaria a representação.  
47 Outra disse da dificuldade de horário em uma das quartas-feiras de reunião, em que precisa sair às 16h00min.  
48 Propôs a definição de teto para as reuniões, tendo-se sugerido retomar o teto anteriormente adotado, das  
49 16h30, com a garantia de que os pontos principais que demandem votação com quórum pudessem ser  
50 debatidos no início. Esse encaminhamento foi aprovado. A presidente, então, abriu o debate sobre a questão  
51 do transporte. Foi colocada a dificuldade das conselheiras da Zona Rural que, além da situação anteriormente  
52 tratada, quanto ao horário, também enfrentam a distância, o tempo de deslocamento e a baixa disponibilidade  
53 de horários de ônibus. A técnica do CRAS Rural presente à reunião disse da dificuldade de assegurar apenas  
54 com os meios do próprio CRAS o transporte das conselheiras, tendo em vista a dinâmica do trabalho na  
55 região e o fato de serem duas reuniões por mês. A vice-presidente, Adriana, que também responde pela  
56 Diretoria de Proteção Social Básica na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), propôs que se  
57 possa pensar num rodízio, com a definição de cronograma entre os serviços e as unidades. Essa proposta será  
58 levada a discussão na SMAS e será trazido retorno na próxima reunião. Nesse ínterim deverá ser pensada  
59 alternativa que assegure a presença das conselheiras. Finalizada assim a discussão, a presidente iniciou o  
60 item 4. Apresentação sobre os benefícios socioassistenciais, passando a palavra para a servidora Yvi Leíse  
61 Rosa Calvani, Coordenadora do Cadastro Único, que fez sua explanação utilizando material projetado.  
62 Trouxe informação sobre o Cadastro Único, que se configura como porta de entrada para vários programas  
63 sociais, funcionando como um mapa para o governo conhecer as necessidades da população. Seu público-

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

64 alvo são famílias de baixa renda (considerando-se a renda por pessoa da casa de meio salário mínimo federal  
65 - R\$ 606,00), embora haja a possibilidade de cadastramento fora dessa renda em casos de necessidade para  
66 acessar algum programa específico. O cadastro traz informações sobre situação de moradia, escolaridade e  
67 renda e deve ser atualizado a cada 2 anos ou sempre que houver alteração de renda, endereço e composição  
68 familiar. Na sequência apresentou os benefícios federais, estaduais e municipais, com valores, critérios,  
69 formas de acesso, modalidades e especificidades. Os benefícios federais tratados foram o Auxílio Brasil, a  
70 Tarifa Social de Energia Elétrica, o Auxílio Gás dos Brasileiros, o Benefício de Prestação Continuada, a  
71 Carteira da Pessoa Idosa, a Identidade Jovem (que permite acesso a benefícios de meia entrada em eventos e  
72 a desconto no sistema de transporte interestadual), a Isenção de taxas para concurso público, o Facultativo  
73 Baixa Renda (que permite reduzir a contribuição ao INSS a 5% do salário mínimo, com a exigência de  
74 cadastro único atualizado), o Programa Casa Verde e Amarela, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino  
75 Técnico e Emprego (Pronatec), o Telefone popular e o Passe Livre Interestadual. Os benefícios estaduais  
76 foram: o Programa Leite das Crianças, o Programa Energia Solidária, o Renda Nossa Gente Paraná, o  
77 Programa Água Solidária, o Caixa d'Água Boa, o Aluguel Social e o Passe Livre Intermunicipal. E os  
78 benefícios municipais: o Programa Municipal de Transferência de Renda - Londrina Cidadã, o Benefício  
79 Eventual Emergencial, o Auxílio Natalidade, o Auxílio Funeral, a Passagem urbana e a Documentação. Yvi  
80 ainda se referiu ao Programa Municipal de Economia Solidária que, embora não seja benefício, viabiliza  
81 acesso a renda pela via da geração de renda e organização do trabalho coletivo. Fez uso de material projetado  
82 que será disponibilizado aos conselheiros. Durante a apresentação foram feitas algumas considerações e  
83 propostas. Uma proposta foi de este conselho enviar ofício ao Governo Estadual para que disponibilize meio  
84 de consulta e listagem das famílias que têm direito a receber o benefício do “Nossa Gente Paraná”. A  
85 conselheira Rosemeiri sugeriu que a consulta à esfera estadual aborde inclusive a possibilidade de acesso e  
86 consulta de saldos na “Plataforma Social” (aplicativo disponibilizado pela Caixa Econômica Federal) com o  
87 cartão Auxílio Brasil, uma vez que atualmente, os usuários precisam ir pessoalmente à uma agência da Caixa  
88 Econômica Federal para terem acesso às informações do benefício Nossa Gente Paraná. Adriana fez  
89 considerações quanto à necessidade de se pautar a discussão da renda básica a que toda família deve ter  
90 direito de acesso, como uma garantia de sobrevivência. O que se vê é que cada esfera de governo define, por  
91 si, a sua faixa, não compondo uma discussão sobre o que deve ser a renda mínima.

92 Referiu, ainda, sobre o impacto da reforma trabalhista na renda das famílias e nas condições de vida da  
93 população, dizendo que essa medida fez com que muitas famílias tivessem como renda menos de um salário  
94 mínimo mensal. Mencionado que, nas questões relativas à documentação, tem havido cobrança de taxas  
95 elevadas, com exigência de prazo de três meses apenas de validade de certidões. Foi solicitado que o material

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

96 da reunião fosse disponibilizado aos conselheiros, o que foi aprovado. Nessa seara, também se propôs que,  
97 além do envio, fosse criada uma referência no site do conselho para a inserção de todos os materiais relativos  
98 às reuniões. Ao final da apresentação da servidora Yvi, Adriana fez informe sobre viagem prevista ao Rio de  
99 Janeiro para conhecer a experiência de moeda social como meio de não ficar à mercê da rede bancária. Foi  
100 mencionado que a Caixa tem exigido a abertura de contas para benefícios sociais e tem cobrado taxas.  
101 Adriana informou que a SMAS entrou com processo quanto a isso, mas que o Ministério Público Federal  
102 tem agido pouco frente às instâncias federais. Foi proposto que essas questões sejam debatidas na Comissão  
103 de Benefícios. Também acerca da questão da obrigatoriedade que se tem verificado de uso de aplicativos.  
104 Foi distribuído material impresso sobre o conteúdo apresentado. Carol agradeceu à Yvi pela apresentação.  
105 Em tempo, a presidente informou que, para fins de registro e de resgate de conteúdos para a confecção da  
106 ata, a reunião está sendo gravada. Deu-se início, então, ao item 5 da pauta - Apresentação e deliberação da  
107 Prestação de Contas dos recursos executados na unidade orçamentária do Fundo Municipal de Assistência  
108 Social – FMAS no primeiro quadrimestre de 2022. A presidente chamou a conselheira e gerente de gestão  
109 orçamentária e financeira da SMAS para proceder a exposição do tema. Débora lembrou que a unidade Fundo  
110 Municipal de Assistência Social, conforme mencionado por ocasião da apresentação da proposta  
111 orçamentária, recebe o código numérico de 25.030 e tem vinculação de recursos para as Proteções Sociais  
112 Básica e Especial, a Gestão do SUAS e os Benefícios. No tocante à execução orçamentária dessa unidade,  
113 Débora apresentou os seguintes dados: na ação 25.030.08.244.0009.5.013 - Estruturação da Proteção Social  
114 e da Gestão no SUAS – FMAS, que concentra a estruturação de todas as unidades de serviços, programas e  
115 projetos da SMAS, além de ser a referência para a alocação dos recursos destinados à estruturação do  
116 Cadastro Único e da Gestão do Programa Auxílio Brasil e à Gestão do SUAS foram feitos os empenhos:  
117 Fonte 000 – R\$ 247.000,00: 1 caminhão comercial leve para a Equipe de Manutenção; Fonte 934 – R\$  
118 110.765,40: 115 cadeiras giratórias, 18 bebedouros, 22 porta-guarda-chuvas e 120m<sup>2</sup> de persianas horizontais  
119 para as unidades de CRAS; Fonte 936 – R\$ 32.192,40: 39 cadeiras giratórias, 05 bebedouros, 07 porta-  
120 guarda-chuvas; Fonte 940 – R\$ 1.850,00: 01 bebedouro; Fonte 941 – R\$ 67.923,40 : 73 cadeiras giratórias,  
121 11 bebedouros, 12 porta-guarda-chuvas e 60m<sup>2</sup> de persianas horizontais para as unidades de Fonte 969 – R\$  
122 2.255,00: 01 cafeteira industrial para o Asilo São Vicente (emenda parlamentar). Na ação  
123 25.030.08.244.0009.5.014 - Estruturação para o exercício do Controle Social no SUAS foram adquiridas 02  
124 cadeiras giratórias para a Secretaria Executiva do CMAS, uma com a Fonte 940 e 936. Na ação  
125 25.030.08.244.0009.6.016 - Manutenção e ampliação da Proteção Social Básica, onde se concentram todos  
126 os recursos destinados à garantia das ofertas de serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica,  
127 sendo a manutenção dos serviços e também o cofinanciamento da rede, foram empenhados R\$ 81.424,45 no

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

128 elemento 3.1.90.16 – outras despesas variáveis – pessoal civil, para pagamento de horas extras, com a fonte  
129 940; no elemento 3.3.50.43 (subvenções sociais) foram empenhados R\$ 2.969.806,15 na fonte 000 e R\$  
130 200.000,00 na fonte 945, referente a Emenda Parlamentar - Portaria 2601/2018 - Instituto União para a  
131 Vitória; no elemento 3.3.90.30 (material de consumo): R\$ 251.008,67, na fonte 000, para a provisão de gás,  
132 gêneros alimentícios, material de expediente, material para manutenção de bens imóveis e veículos, pneus,  
133 material de limpeza, entre outros; no elemento 3.3.90.33 (passagens e despesas com locomoção): R\$ 9.200,02  
134 na fonte 000 para a aquisição de cartões-transporte; no elemento 3.3.90.36 (outros serviços de terceiros –  
135 pessoa física): R\$ 25.309,20 na fonte 000, para pagamento de estagiários; no elemento 3.3.90.37 (locação de  
136 mão-de-obra): R\$ 162.889,11 na fonte 000, para serviços de limpeza e copeira; no elemento 3.3.90.39 (outros  
137 serviços de terceiros – pessoa jurídica): R\$ 707.468,70, na fonte 000, R\$ 2.160,00, na fonte 934 e R\$ 103,22,  
138 na fonte 940, para a manutenção e conservação de bens imóveis, oficina, fornecimento de alimentação (kit  
139 lanches), serviços de energia elétrica, serviços de água e esgoto e serviços de telecomunicações; no elemento  
140 3.3.90.40 (serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica, R\$ 76.812,18 na fonte 000,  
141 para o pagamento da GPON (internet) e Almaq (impressão). Na ação 25.030.08.244.0009.6.017 -  
142 Manutenção e ampliação da Proteção Social Especial, que concentra todos os recursos destinados à garantia  
143 das ofertas de serviços, programas e projetos da Proteção Social Especial, sendo a manutenção das unidades  
144 dos CREAS, Centro Pop, Serviço de Abordagem Social, Serviço de Acolhimento Familiar e também o  
145 cofinanciamento da rede, foram efetuados os seguintes empenhos: no elemento 3.3.50.43 (subvenções  
146 sociais): R\$ 866.124,98 na fonte livre, R\$ 15.048,40 na fonte 815 (Serviço de Acolhimento para Crianças,  
147 Adolescentes e Jovens), e R\$ 597.032,40 na fonte 948 (Emenda Parlamentar - Portaria 2601/2018 destinada  
148 ao Asilo São Vicente – SIGTV); no elemento 3.3.90.14 (diárias – civil): R\$ 920,00 na fonte 941; no elemento  
149 3.3.90.30 (material de consumo): R\$ 145.489,12, na fonte 000, R\$ 1.728,59, na fonte 823 e R\$ 15.499,30,  
150 na fonte 843, para gás, gêneros alimentícios, material de expediente, material para manutenção de bens  
151 imóveis e veículos, pneus, material de limpeza, entre outros; no elemento 3.3.90.32 (material, bem ou serviço  
152 para distribuição gratuita): R\$ 9.297,38, na fonte 000 para Restaurante Popular; no elemento 3.3.90.33  
153 (passagens e despesas com locomoção): R\$ 103.872,59, na fonte 000, para passagens Centro Pop e cartões-  
154 transportes; no elemento 3.3.90.37 (locação de mão-de-obra): R\$ 79.315,60, na fonte 000 para serviços de  
155 limpeza e copeira; no elemento 3.3.90.39 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica): R\$ 471.543,56 na  
156 fonte 000, R\$ 1.066,41 na fonte 823, R\$ 44.810,61 na fonte 843 e R\$ 1.080,00 na fonte 941, para manutenção  
157 e conservação de bens imóveis, oficina, fornecimento de alimentação (kit lanches), serviços de energia  
158 elétrica, serviços de água e esgoto e serviços de telecomunicações; no elemento 3.3.90.40 (serviços de  
159 tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica): R\$ 47.746,94 na fonte 000, para o pagamento da

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

160 GPON (internet) e Almaq (impressão); no elemento 3.3.90.92 (despesas de exercícios anteriores): R\$ 192,82  
161 na fonte 000. Na ação 25.030.08.244.0009.6.018 - Manutenção e ampliação dos benefícios e transferência  
162 de renda no SUAS, onde são executados os benefícios eventuais (emergencial, auxílio funeral e auxílio  
163 natalidade), o PMTR, a guarda subsidiada e a família acolhedora, foram empenhados: no elemento 3.3.9.48:  
164 R\$ 53.328,00 para Família Acolhedora, R\$ 53.934,00 para Guarda Subsidiada, R\$ 1.186.276,00 para  
165 Benefício Eventual e R\$ 2.746.050,00 para PMTR e Auxílio Natalidade; na ação relativa à Gestão do SUAS  
166 foi empenhado o valor de R\$ 920,00 no elemento 3.3.90.14 (diárias – civil) para o pagamento de diária para  
167 a realização de visita técnica à Cidade de Belo Horizonte. Na ação 25.030.08.244.0009.6.020 - Fomento ao  
168 exercício do Controle Social e à participação no SUAS, houve o empenho de R\$ 1.522,04 no elemento  
169 3.390.33 (passagens e despesas com locomoção), para aquisição de passagens e adiantamento de despesas  
170 para a participação de conselheiros em evento do CEAS realizado na cidade de Umuarama/Pr., e de R\$  
171 1.379,50 no elemento 3.3.90.39 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica), para despesas referentes à  
172 compra de 45 kits Lanches Tipo 2 e 12 Refeição Tipo 1. Os valores executados se referem ao fornecimento  
173 de alimentação para reuniões com a participação de usuários. Finalizada essa abordagem, Débora apresentou  
174 o demonstrativo de parcelas pagas no primeiro semestre pelo Fundo Nacional de Assistência Social, que  
175 evidencia uma média de repasses de valores correspondentes a 40% do pactuado nos blocos de financiamento  
176 dos serviços. Na Proteção Social Especial o valor esperado era de R\$747.564,84, tendo sido repassado o  
177 valor de R\$313.630,03. Já na Proteção Social Básica esperava-se R\$489.000,00 e o efetivamente transferido  
178 foi R\$277.975,68. Além disso, Débora também informou que não houve repasses da esfera estadual no  
179 referido quadrimestre. Ao final de sua explanação, fez um resumo da execução orçamentária da unidade  
180 25.030, conforme segue - valor autorizado: R\$ 55.393.000,00, valor atualizado: R\$ 57.618.489,22,  
181 empenhado até 30/04/2022: R\$ 11.736.822,74, saldo atual: R\$ 45.881.666,48), demonstrando essas  
182 informações em relação a cada uma das ações componentes do orçamento dessa unidade. Referiu que parte  
183 do saldo se deve a processos de antecipações de empenhos feitos no ano de 2021 e, ainda, aos processos  
184 relacionados aos editais, que terão início de execução no próximo mês. No momento da informação das  
185 parcelas pagas, Débora falou sobre os déficits das transferências federais, que não têm sido feitas, nem com  
186 regularidade e nem na totalidade dos valores pactuados. Gisele esclareceu sobre a portaria que permitiu ao  
187 governo federal proceder assim e, quando perguntada sobre a possibilidade de se realizar algum movimento  
188 para reverter essa medida, informou sobre os inúmeros questionamentos feitos pelo CONGEMAS, pelo  
189 FONSEAS, pela CIT e pelo CNAS acerca do que a mesma dispõe, mas que não tiveram efeito até o momento.  
190 Gisele ainda mencionou o risco de desfinanciamento total da política de assistência social pela esfera federal  
191 em razão da Emenda Constitucional nº 95/2016. Débora também mencionou que a esfera estadual não fez

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

192 transferências no primeiro quadrimestre quanto aos pisos com os quais participa do cofinanciamento da  
193 política de assistência social em Londrina. Foi informado que, diante da inconstância dos cofinanciamentos,  
194 o município tem sido impelido a compensar as ausências das outras esferas, o que compromete o crescimento  
195 da política em nível local, pois o que é usado para esse fim poderia ser aplicado em expansões de cobertura  
196 ou aprimoramento. Finalizando, Débora apresentou um resumo das informações sobre a execução da unidade  
197 orçamentária do Fundo Municipal. Na sequência a conselheira Márcia, representando a Comissão de Fundo,  
198 apresentou manifestação favorável à prestação de contas, que foi objeto de debate prévio no âmbito da  
199 referida comissão, com indicativo de envio de ofício aos governos federal e estadual apontando as  
200 dificuldades da falta da integralidade e da irregularidade das transferências no processo de planejamento e  
201 gestão local da política de assistência social. A conselheira também referiu que a comissão tirou como  
202 encaminhamento a análise mensal da situação da execução de emendas parlamentares e da proposta de a  
203 prestação de contas do segundo quadrimestre de execução orçamentária do Fundo Municipal ocorrer já no  
204 mês de setembro, de modo a permitir que o conselho se aproprie das condições do orçamento para a  
205 finalização do exercício. A presidente colocou em votação a prestação de contas, que foi aprovada. A plenária  
206 também ratificou as proposições da comissão. Finalizada a discussão desse tema, foi iniciado pela presidente  
207 o debate do ponto 6 - Relatos da Diretoria de Proteção Social Especial. A Diretora de Proteção Social  
208 Especial, Josiani Nogueira, informou quais pontos seriam abordados e mencionou que as técnicas Thaysa,  
209 gestora de parcerias das ofertas de Acolhimentos, e Ana Paula, coordenadora do Centro Pop, estavam  
210 presentes para algumas informações. Os relatos disseram respeito à Operação Noite Fria, a fato ocorrido no  
211 Centro Pop na semana anterior e à articulação com a Autarquia do Serviço Municipal de Saúde, que tem  
212 permitido alguns avanços importantes. Para apresentar o primeiro relato, convido a técnica Thaysa, que  
213 trouxe as informações sistematizadas em material de apoio que foi projetado e será disponibilizado aos  
214 conselheiros. Nele, informou que a Operação Noite Fria de 2022 está sendo operacionalizada da seguinte  
215 forma: Acolhimento Noite Fria, pela entidade Renascer, e Pernoite Noite Fria pela entidade Casa Verde. No  
216 pernoite a execução ocorre à medida das ondas de frio, sendo acionada a entidade para atendimento a períodos  
217 específicos. Informou que foi solicitada a execução novamente em 9/8/2022 para o período de 7 dias, tendo  
218 em vista os boletins meteorológicos de frio nesses dias. Referiu que, até o momento, foram necessários dois  
219 períodos, sendo o primeiro de 7 dias (de 11 a 16 de junho) e o segundo de 9 dias (de 28 julho a 5 de agosto).  
220 Nesses atendimentos houve também a disponibilização do acolhimento pet. Estão disponíveis 6 vagas, tendo  
221 sido acolhida 1 pessoa com 5 pets. Esse atendimento ocorre no prédio do antigo Centro dia para população  
222 em situação de rua. No Acolhimento Noite Fria Renascer, no que tange à ocupação das vagas, continua acima  
223 dos 90%, com cerca de 10 mulheres e 30 homens em atendimento diariamente. Também neste serviço, houve

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

224 a disponibilização de acolhimento pet, um total de 4 vagas, tendo sido acolhidas 1 pessoa com 1 pet e 1  
225 pessoa com 2 pets. O período de execução da Operação Noite Fria será finalizado em 16/8/2022. Embora  
226 ainda em execução, Thaysa trouxe alguns resultados que já puderam ser aferidos no acolhimento: Oficina de  
227 Corte de Cabelo em parceria com SENAC, Assembleia para Retomada do Contrato de Convivência, 4  
228 retornos familiares e 4 encaminhamentos para entrevista de trabalho. Finalizando o relato, Thaysa ainda  
229 acrescentou alguns outros informes: a Casa de passagem/Pernoite feminino, a ser operacionalizada pela OSC  
230 Casa Verde iniciará atendimento em 11/8/2022, com 20 vagas; a parceria para a Casa de Passagem  
231 Masculina, pela OSC Morada de Deus se iniciará em 17/8/2022, com 35 vagas; assim como o Acolhimento  
232 Masculino, pela OSC Renascer, também nessa data de 17/08/2022, com 30 vagas. Thaysa finalizou seu  
233 informe dizendo que essas ofertas se referem às deliberações feitas por este conselho na reunião anterior.  
234 Houve o agradecimento pelas informações prestadas e o desejo de sucesso nos trabalhos. Na sequência,  
235 Josiani referiu-se ao fato ocorrido na quinta-feira da semana anterior na unidade Centro POP. Relatou que  
236 houve uma situação de violência na unidade que levou à necessidade de seu fechamento na última sexta-  
237 feira, o qual foi retomado nesta segunda-feira. Salientou que a situação está sendo trazida ao conhecimento  
238 do conselho para ciência, tanto do ocorrido, quanto do não funcionamento da unidade por um dia em  
239 decorrência disso, tendo em vista a regra de funcionamento por cinco dias na semana. Josiani explicou que a  
240 viabilização da tenda, que era uma requisição antiga, possibilitou maior permanência dos usuários no espaço  
241 da sede, o que mudou a rotina. A situação se deu em razão de um usuário sob efeito de álcool, que agrediu o  
242 guarda municipal da unidade, quebrou o vidro da porta com um soco e se feriu gravemente, requerendo  
243 atendimento pelo SAMU a ambos. Informou que a situação foi bem difícil para toda a equipe e que, em razão  
244 disso, não estiveram na sede na sexta-feira e se reuniram na unidade de Serviço de Proteção Social a  
245 Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de  
246 Serviços à Comunidade (PSC), onde debateram e propuseram algumas novas regras para o atendimento, em  
247 especial no que se refere à restrição ao uso de garrafinhas no espaço da unidade. Josiani, então, destacou o  
248 processo de articulação com a Autarquia do Serviço Municipal de Saúde, relatando que, quanto ao  
249 acolhimento de crianças e adolescentes, havia há tempos demanda da disponibilidade de referências da  
250 política de saúde mental. Neste ano tais referências foram viabilizadas por meio da contratação de servidores  
251 por teste seletivo, os quais estão atuando nas referidas unidades e também nas casas de passagem de pessoas  
252 adultas. A diretora ainda pontuou que haverá um encontro regional nos dias 26 e 27 de outubro deste ano  
253 para a apresentação de boas práticas nessa área, o qual disponibilizará 250 vagas para inscrição de  
254 participantes. A conselheira Rosemeiri perguntou sobre eventuais impactos da situação do CISMENAR nas  
255 condições de acesso a esse tipo de atendimento, ao que Josiani referiu não ter sido percebido reflexo no



### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

256 âmbito do atendimento integrado, mas ao final de sua fala, propôs que este conselho chame a Saúde Mental  
257 para uma explanação sobre o atendimento junto aos serviços da assistência social e quanto à atual situação  
258 de contratação dos profissionais em decorrência das impossibilidades atuais de continuidade via CISMENPAR.  
259 Ao final, a gestora Thaysa lembrou do processo de formação para os educadores dos acolhimentos, que tem  
260 acontecido em parceria com o CAPS-AD. A presidente Ana Carolina informou que está participando da  
261 referida formação pela unidade onde atua – o SOS – e relatou um pouco do conteúdo dessa formação,  
262 salientando a importância dessa iniciativa. Concluída a apresentação das informações da Diretoria, houve o  
263 agradecimento pela presidente e manifestações de desejo de sucesso na realização dos processos da parte de  
264 conselheiros, sendo então finalizado este ponto da pauta. Ana Carolina, então, passou imediatamente ao ponto  
265 7 - Relato das Comissões, lembrando que, como a Comissão de Fundo já se manifestou ao final da  
266 apresentação do ponto 5, apenas foi sinalizada a necessidade de relato da Comissão de Capacitação. Chamou,  
267 então, a coordenadora dessa comissão, a conselheira Rosely, que informou que no dia 01/08/2022 houve a  
268 segunda parte da oficina com os conselheiros usuários, com a presença da coordenadora Yvi. Referiu que as  
269 duas ocasiões dessa discussão foram bastante participativas e esclarecedoras. A conselheira Suelvy se  
270 manifestou quanto à importância desse espaço com os usuários. Rosely, então, informou que a próxima  
271 reunião da comissão será no dia 05 de setembro e que a próxima oficina com os usuários no dia 26 de  
272 setembro. Concluída a discussão da pauta proposta, a vice-presidente Adriana lembrou que esta é a primeira  
273 reunião totalmente presencial desta composição do conselho e propôs, ainda que ao final da plenária, que  
274 houvesse uma apresentação dos conselheiros presentes, o que foi feito. Nada mais havendo a tratar, a  
275 presidente deu por encerrada a reunião às 11h28 e eu, Gisele de Cássia Tavares, segunda secretária deste  
276 conselho, lavrei a presente ata que deverá ser submetida à aprovação plenária.